

Interiorização e trabalho na Operação Acolhida: uma análise da migração venezuelana no Oeste de Santa Catarina (2018–2024)ⁱ

Vicente Ribeiroⁱⁱ

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Chapecó - SC, Brasil

lattes.cnpq.br/8149128579717632

 orcid.org/0009-0007-3005-6944

vicente@ufffs.edu.br

Camila Betoniⁱⁱⁱ

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Florianópolis - SC, Brasil

lattes.cnpq.br/2004755644366950

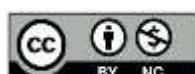
 orcid.org/0009-0006-7405-1400

camilabetoni@gmail.com

Para citar artigo:

RIBEIRO, Vicente; BETONI, Camila. Interiorização e trabalho na Operação Acolhida: uma análise da migração venezuelana no Oeste de Santa Catarina (2018–2024). *PerCursos*, Florianópolis, v. 26, e0318, 2025.

 <http://dx.doi.org/10.5965/19847246262025e0318>



Interiorização e trabalho na Operação Acolhida: uma análise da migração venezuelana no Oeste de Santa Catarina (2018–2024)

Resumo

O artigo analisa a migração venezuelana para o Brasil, com foco específico na estratégia de interiorização e nas políticas migratórias implementadas pelo governo brasileiro no âmbito da Operação Acolhida, que visa direcionar a migração venezuelana da fronteira norte para outras regiões do país. Esses processos ocorrem em um período marcado por novas dinâmicas de migração internacional no Brasil, destacando três aspectos: um novo marco regulatório baseado na Lei de Migração de 2017, um aumento no número de imigrantes na década de 2010 e o surgimento da região Sul do país como principal destino da migração internacional. O estudo busca analisar a região oeste do estado de Santa Catarina, no sul do Brasil, onde a presença de migrantes venezuelanos é mais significativa e que se destaca pela presença da agroindústria frigorífica, o ramo com maior presença de imigrantes na região. Por último, o estudo explora alguns conceitos importantes para abordar este processo, como as migrações de crise e as migrações dirigidas, discutindo como o contexto humanitário se relaciona com as políticas de migração e afeta a dinâmica do recrutamento de mão de obra.

Palavras-chave: imigração venezuelana; operação acolhida agroindústria frigorífica; Oeste de Santa Catarina; trabalho.

Internal relocation and labor in the Operation Welcome: an analysis of the Venezuelan migration in Western Santa Catarina (2018-2024)

Abstract

This paper analyzes Venezuelan migration to Brazil, with a specific focus on the internal relocation [interiorização] strategy and the migration policies implemented by the Brazilian government under the framework of Operation Welcome [Operação Acolhida], aimed at directing Venezuelan migration from the northern border to other regions of the country. These processes occur in a period marked by new dynamics of international migration in Brazil, highlighting three aspects: a new regulatory framework based on the 2017 Migration Law, an increase in the number of immigrants in the 2010s, and the emergence of the southern region of the country as the main destination for international migration. The study seeks to analyze the western region of the state of Santa Catarina, in the south of Brazil, where the presence of Venezuelan migrants is more significant and which is notable for the presence of the meatpacking industry, one of the main employment sectors for immigrants. Finally, the study explores some important concepts to address this process, such as crisis migrations and directed migrations, discussing how the humanitarian context relates to migration policies and affects the dynamics of labor recruitment.

Keywords: Venezuelan immigration; meat-packing industry; Western Santa Catarina; work.

Introdução

O presente trabalho¹ objetiva analisar a migração venezuelana contemporânea para o Brasil, discutindo as políticas migratórias implementadas pelo governo brasileiro, especialmente a estratégia de interiorização no âmbito da Operação Acolhida. Esta estratégia busca direcionar o movimento de migrantes da fronteira Venezuela-Brasil para outras regiões do país. Para além de uma visão geral da interiorização, nosso foco é lançar um olhar mais específico sobre um dos principais destinos dessas migrações: a região oeste do estado de Santa Catarina². Neste sentido, o objetivo é refletir sobre o processo migratório nas regiões de destino da estratégia de interiorização, adicionando novos elementos à investigação para além do foco nas dinâmicas fronteiriças.

É preciso considerar que as migrações venezuelanas representam um dos maiores movimentos de pessoas da atualidade. Desde 2016, mais de sete milhões de venezuelanos emigraram, principalmente para outros países latino-americanos, evidenciando a profundidade da crise vivida pelo país (Vargas Ribas, 2018). Segundo os últimos dados da Plataforma R4V (maio de 2025), o Brasil tornou-se um dos principais destinos, sendo o terceiro país latino-americano com maior número de venezuelanos, totalizando 680 mil, atrás apenas da Colômbia e do Peru, segundo a plataforma R4V³ (ACNUR; OIM, 2025).

¹ O artigo integra o projeto de pesquisa *Crise, migração e trabalho: trajetórias migrantes de venezuelanos no Oeste de Santa Catarina*, financiado pelo CNPq e pela UFFS, e foi parcialmente desenvolvido durante período como Professor Visitante de um dos autores no Programa de Pós-Graduação em População, Território e Estatísticas Públicas da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE. Versões iniciais deste artigo foram apresentadas como comunicação no evento “Plataforma para el diálogo: repensando las “crisis” en las dinámicas migratorias suramericanas”, organizado por Calas e Flacso-Equador em dezembro de 2023, no Congresso da Associação de Estudos Latino-Americanos (LASA) em junho de 2024 e no VII Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade (SEDRES) em setembro de 2024. Agradecemos as contribuições dos organizadores e participantes.

² Com a mudança na classificação do IBGE em 2017, a Mesorregião Oeste Catarinense passou a ser denominada Região Geográfica Intermediária de Chapecó, com algumas alterações nos municípios que a compõem. Com a criação da Região Geográfica Intermediária de Caçador, municípios com presença importante de frigoríficos passaram para outra RGInt. Por outro lado, foram incluídos na RGInt de Chapecó o município de Campos Novos e seu entorno, anteriormente parte da Mesorregião Serrana. Utilizaremos o termo Oeste de Santa Catarina para nos referir à Região Intermediária de Chapecó.

³ R4V (Response for Venezuelans) é a sigla pela qual é conhecida a Plataforma Regional de Coordenação Interagências para Refugiados, Refugiadas e Migrantes da Venezuela, uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) e liderada por duas de suas agências, a Organização Internacional das Migrações (OIM) e pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

Na primeira seção deste artigo, apresentamos o cenário na fronteira que motivou a organização da Operação Acolhida como resposta federalizada para a gestão da migração venezuelana. Além disso, explicamos brevemente o que é a operação e como seus diferentes eixos se estruturam. Na segunda seção, expomos alguns dados sobre a inserção laboral de venezuelanos no oeste de Santa Catarina, um dos principais destinos dos deslocamentos promovidos no âmbito da Operação Acolhida. O destaque aqui, como já anunciado, é para a agroindústria e, em especial, os frigoríficos. Por fim, a terceira e última seção pretende compartilhar algumas das inquietações responsáveis por movimentar nossas investigações em torno desse tema e que poderão instigar outros pesquisadores interessados.

Uma resposta chamada Operação Acolhida

A migração venezuelana no Brasil apresenta algumas características que a distinguem de outros países da região. Quando o movimento de venezuelanos para o Brasil se intensificou em 2017, o aumento das entradas ocorreu a partir de um único ponto de entrada legal no estado fronteiriço de Roraima, entre as cidades de Santa Elena de Uairén e Pacaraima. Roraima é o estado com menor população do Brasil, um total de 636,7 mil habitantes no Censo de 2022, concentrados majoritariamente em sua capital, Boa Vista. Para compreender as estratégias tomadas pelo poder público, é importante considerar também o seu distanciamento das principais áreas demográficas e econômicas do país, bem como as dificuldades de deslocamento para outras regiões brasileiras devido às dificuldades de transporte no contexto amazônico.

Rosana Baeninger (2018), pesquisadora de referência no campo de estudos de migração e demografia, divide esse processo migratório contemporâneo da Venezuela para o Brasil em três momentos. O primeiro, entre 2000 e 2016, caracteriza-se por um fluxo moderado, formado majoritariamente por profissionais de alta qualificação e tendo como destino, por via aérea, as grandes metrópoles do sudeste. No segundo, a partir de 2016 e afetado pelo acirramento da crise na Venezuela, intensifica-se o fluxo da migração por via terrestre, agora incluindo também trabalhadores menos escolarizados. O terceiro momento, de 2018 em diante, é quando o fluxo migratório na fronteira aumenta

exponencialmente. Esse fluxo é caracterizado por uma população empobrecida, com diferentes níveis de escolaridade, que chega a Roraima em estado de grande vulnerabilidade, apresentando demandas básicas, como o acesso a alimentação e medicamentos. De imediato, o aumento populacional acabou impactando a rede de serviços e estruturas públicas de Roraima, já antes fragilizadas. Pessoas e famílias migrantes se abrigaram em ocupações urbanas improvisadas e muitas outras permaneceram em situação de rua.

A praça Simón Bolívar, no centro de Boa Vista, se converteu em símbolo do estado emergencial da fronteira, dada a alta concentração de venezuelanos vivendo ali de forma precária e desprotegida. Nesse momento, já se articulavam algumas iniciativas locais de apoio e solidariedade aos imigrantes. Por outro lado, são registrados igualmente ataques xenófobos e conflitos violentos envolvendo brasileiros e venezuelanos (Marques, 2018). Em fevereiro de 2018, por exemplo, moradores de uma cidade próxima a Boa Vista atearam fogo nos pertences de famílias venezuelanas que estavam abrigadas em uma escola abandonada. No dia anterior um brasileiro e um venezuelano haviam sido assassinados no município. Menos de uma semana depois, uma manifestação foi organizada em Boa Vista pedindo o fechamento da fronteira (Chaves, 2018).

Nesse contexto, acirraram-se também as tensões entre o poder público local e federal. O governo de Roraima recorreu a diferentes recursos, entre decretos e processos judiciais, para tentar fechar a fronteira, dificultar o acesso de migrantes aos serviços públicos, tornar mais ostensiva a ação policial nos espaços ocupados pelos venezuelanos no estado e cobrar maior intervenção do governo federal. Em abril de 2018, por exemplo, a governadora Suely Campos (Partido Progressista) solicitou ao Supremo Tribunal Federal a suspensão temporária do fluxo de pessoas pela fronteira. Mais adiante, ela publicaria um decreto que previa ações de deportação, reintegração de posse nos imóveis ocupados por imigrantes e exigência de apresentação de passaporte para o acesso a serviços públicos, além de sugerir que “estrangeiros” estariam envolvidos no surgimento de facções criminosas no estado (Brasil, 2018). Cabe observar que 2018 foi ano de pleito eleitoral e a questão migratória venezuelana esteve bastante presente nas campanhas, especialmente no estado de Roraima.

As medidas do governo roraimense para a restrição migratória enfrentaram obstáculos legais dado seu desacordo com o novo marco normativo da migração, que comentaremos mais adiante. A federalização da resposta, entretanto, veio já em fevereiro de 2018 após uma comitiva de ministros - e, posteriormente, o próprio presidente Michel Temer - visitarem Boa Vista. Por um decreto da presidência, criou-se o Comitê Federal de Assistência Emergencial para o acolhimento dos migrantes (CFAE), envolvendo 11 ministérios e o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. O primeiro ato oficial desse comitê foi a criação de uma Força-Tarefa Logística Humanitária, chamada de Operação Acolhida, e a nomeação do general Eduardo Pazuello como seu primeiro coordenador operacional.

Destacamos aqui dois pontos que consideramos importantes para compreender a institucionalidade da Operação Acolhida. O primeiro deles é que a operação se dá após um ano da aprovação da Lei da Migração (nº 13.445/2017). Fruto de uma ampla articulação da sociedade civil, a lei substitui o anacrônico Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/1980), documento gestado durante a ditadura civil-militar que, como o próprio nome sugere, tratava a migração estritamente a partir da lógica securitária, como ameaça à segurança nacional. A nova lei equaliza a questão migratória aos alicerces do Estado Democrático de Direito, elevando a migração ao status de direito humano e, ao menos formalmente, assegura uma série de direitos aos migrantes internacionais. A acolhida humanitária e a inclusão social, laboral e produtiva através de políticas públicas, estão entre suas diretrizes.

O segundo ponto diz respeito ao protagonismo das Forças Armadas. Como citado anteriormente, da gestão da Operação Acolhida participam diretamente diversos ministérios e órgãos públicos. Entre as entidades parceiras da operação, além de outros entes públicos federais, organismos internacionais, empresas e uma ampla lista de organizações da sociedade civil, estão também as agências da ONU que atuam na agenda da migração. A Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) têm um papel central nas ações da operação. Ainda assim, a grande presença do Exército Brasileiro na coordenação de diferentes frentes da operação, foi e continua sendo alvo de críticas, uma vez que a militarização da gestão migratória traria consigo contradições em relação ao

humanitarismo a que se propõe a resposta federalizada. É interessante notar que essa opção pela militarização acompanha um fenômeno recente mais amplo de crescimento da participação de militares no poder público e nas políticas públicas brasileiras.

Em relação a sua atuação objetiva, a Operação Acolhida se organiza a partir de três pilares centrais: ordenamento de fronteira, abrigamento e interiorização. Os dois primeiros eixos combinam dimensões humanitárias e securitárias. O ordenamento de fronteira inclui ações no sentido de organizar a entrada e o registro de migrantes que cruzam a fronteira. Para isso, além do deslocamento de mais agentes públicos para Roraima, foram instalados em Pacaraima e Boa Vista⁴ centros de atendimento que agilizam os processos de regularização migratória a partir da emissão de pedidos de refúgio ou residência. Entre outros serviços, nesses postos de atendimento também é feita a imunização, o atendimento a crianças e adolescentes desacompanhados e os encaminhamentos para os abrigos e processos de interiorização.

A construção de grandes abrigos temporários - alguns comportando mais de mil pessoas - faz parte das ações do segundo eixo da operação, coordenado antes pelo Ministério da Cidadania e hoje pelo Ministério do Desenvolvimento Social. Abrigos menores, que já existiam anteriormente, tiveram sua gestão federalizada. A segurança e a logística dos abrigos ficaram a cargo do Exército. Através da instituição de Acordo de Cooperação Técnica, o ACNUR se responsabiliza pela coordenação dos abrigos, dada a experiência que a instituição possui nesse cenário. No início, o ACNUR fazia a gestão direta dos abrigos, mas depois passou essa função aos seus “parceiros implementadores”, papel desempenhado por diferentes organizações da sociedade civil.

Nos maiores abrigos, o alojamento é feito através das *Unidades de Habitação Emergencial* do ACNUR, uma estrutura simples de metal usada em respostas humanitárias implementadas em diferentes países, conforme pode ser visto na imagem 1. Em janeiro de 2025 havia 5.912 pessoas vivendo nos abrigos da Operação Acolhida (Brasil, 2025b). Há abrigos que são exclusivos para imigrantes que estão aguardando a interiorização.

⁴ Devido ao alto fluxo em Manaus (AM), também foi temporariamente instalado um centro da Operação Acolhida na cidade.

Imagen 1 – Abrigo temporário em Boa Vista



Fonte: Brayan Carmona, 2020.

Nota: Fotografia produzida em oficina ministrada nos abrigos pela National Geographic.

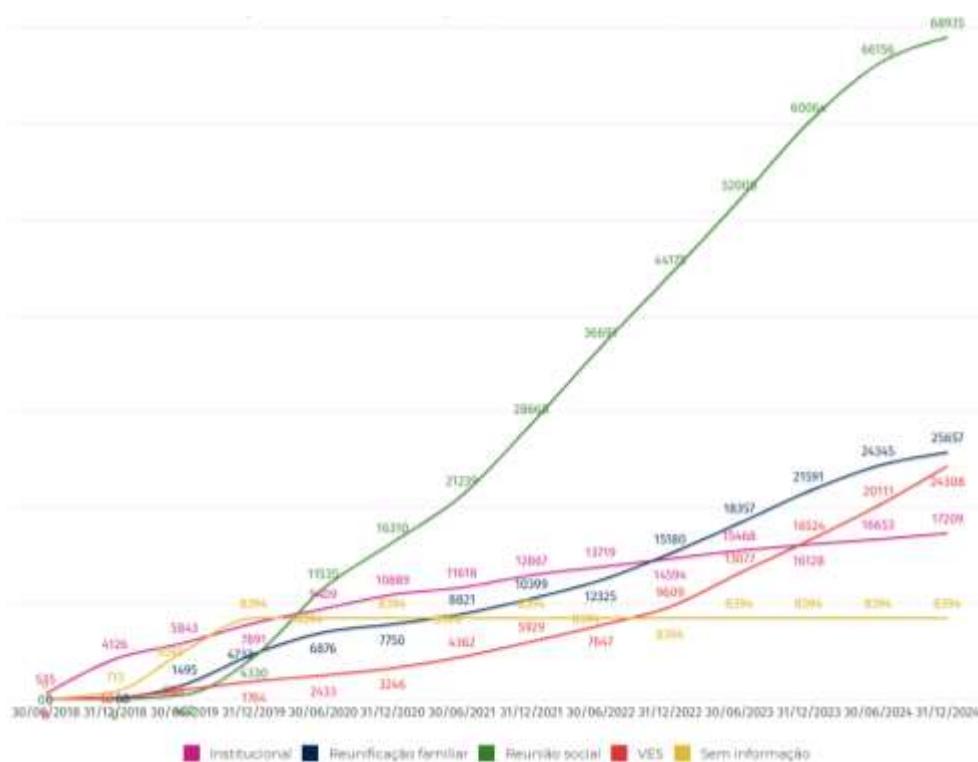
Central na política de gestão do fluxo migratório venezuelano no Brasil, o terceiro pilar da Operação Acolhida é a estratégia de interiorização. Trata-se do deslocamento voluntário e assistido - pelo governo federal, Forças Armadas, agências da ONU e organismos da sociedade civil - de venezuelanos da fronteira norte para outras unidades federativas do país. Coordenado pela Secretaria Nacional de Assistência Social, o subcomitê de interiorização foi o primeiro a ser criado no âmbito do CFAE. Quando feito para indivíduos ou pequenos grupos, esses deslocamentos são subsidiados pelas empresas aéreas parceiras da operação. No caso de grandes grupos interiorizados na mesma viagem, o deslocamento é viabilizado pelos ônibus do Exército, caso seja uma região próxima e acessível por via terrestre (o que normalmente não é o caso) ou pelos aviões da Força Aérea Brasileira.

Existem hoje quatro modalidades de interiorização. Nas modalidades *reunião social* e *reunificação familiar*, o imigrante é recebido por amigos ou parentes que já estão vivendo em outra região e declaram que estão em condições de oferecer apoio e moradia ao interiorizado. Na modalidade *institucional*, o imigrante é acolhido, na cidade-destino, pelo poder público ou por alguma instituição da sociedade civil que ofereça abrigo temporário e suporte para a integração local. Nessa modalidade, também chamada de

abrigó-abrigo, é notável a atuação de entidades civis de assistência social ligadas a instituições religiosas. Por fim, na modalidade *vaga de emprego sinalizada* (VES), o imigrante se desloca já com o indicativo de ocupar um posto de trabalho formal em uma empresa locada na cidade destino. As empresas procuram a Operação Acolhida para oferecer vagas de emprego e a seleção é feita ainda em Roraima.

Do início da Operação Acolhida em 2018 até o final de 2024, 144.503 venezuelanos foram interiorizados. No início, predominava a modalidade institucional. Hoje, as modalidades de reunificação familiar e reunião social somadas representam mais de 65% das interiorizações. A VES, modalidade em que observamos uma atuação direta do Estado como mediador de mão-de-obra, cresceu ao longo do intervalo 2018-2024 totalizando quase 17% do total (Brasil, 2025). Tais variações podem ser visualizadas na imagem 2. Cabe observar que as interiorizações via VES e abrigó-abrigo podem ser indiretamente responsáveis por uma grande parcela das demais modalidades - além de outros deslocamentos feitos por fora da Operação Acolhida - uma vez que ajudam a estabelecer corredores migratórios para as cidades-destino.

Imagen 2 – Evolução das interiorizações por modalidade (06/2018-12/2024)



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados do Painel da Estratégia de Interiorização (Brasil, 2025a).

Nesse mapeamento até o ano de 2024, os estados da Região Sul do Brasil receberam 81.313 das interiorizações, o que corresponde a 56,27% do fluxo total. Santa Catarina, por sua vez, representa o maior destino da interiorização (32.073 pessoas deslocadas) (Brasil, 2025a). A região que focamos, o Oeste do estado, recebeu metade das interiorizações do estado (16.292) e, segundo os últimos dados disponíveis, tinha o maior número de venezuelanos com emprego formal no país, com 23.200 vínculos. Desse total, 55% trabalhavam no setor de frigoríficos (Brasil, 2025c)⁵.

A interiorização em Santa Catarina e na região Oeste

A partir da década de 2010, houve um aumento na presença de migrantes internacionais no Brasil, especialmente imigrantes do Haiti e da Venezuela (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2021). Desde as primeiras décadas do século XX, a migração internacional para o Brasil diminuiu consideravelmente. Esse cenário começou a mudar no início do século XXI, com a entrada do Brasil nas rotas migratórias internacionais.

Além deste aumento quantitativo, houve também uma mudança nas regiões de destino. A década de 2010 representou uma mudança na dinâmica das migrações internacionais no Brasil, indo além das regiões metropolitanas e fronteiriças, e destacando a região Sul do país, especialmente as cidades industriais do interior, notadamente aquelas com indústrias de mão-de-obra intensiva. Analisando os vínculos de trabalho na RAIS, esse deslocamento pode ser evidenciado. Enquanto em 2010, 62,18% de tais vínculos se concentravam nas 9 principais regiões metropolitanas do país⁶, em 2024 tal percentual se reduziu para 30,12%. Os demais vínculos, mais de 2/3 do total, estão em outros municípios e parte significativa passou a estar em cidades industriais do interior do Brasil.

⁵ Dados disponibilizados pelo Ministério do Trabalho a partir da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) por meio do Programa de Disponibilização de Estatísticas do Trabalho (PDET). Tomamos aqui o número de vínculos formais de trabalho dos venezuelanos na região Oeste de Santa Catarina no final do ano de 2024.

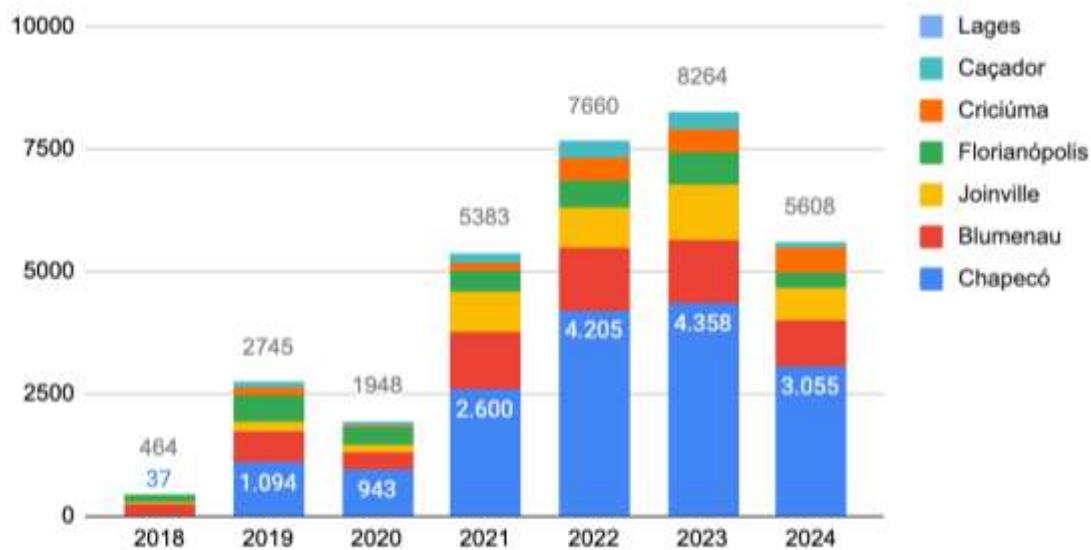
⁶ São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Fortaleza, Porto Alegre, Curitiba, Salvador e Belém.

Cabe observar que nem todos os imigrantes venezuelanos se deslocam no território brasileiro no âmbito da estratégia de interiorização da Operação Acolhida. Ainda que os dados da plataforma R4V e das interiorizações não sejam diretamente comparáveis, a diferença do número de venezuelanos no país de acordo com a plataforma, 627 mil, e o número de interiorizados, 137 mil, serve para indicar essa diferença. O que a estratégia de interiorização permite, além de diretamente realizar o deslocamento de pessoas para determinadas regiões, é criar rotas migratórias que posteriormente serão utilizadas por migrantes que chegam por meios próprios.

Cabe observar que nem todos os imigrantes venezuelanos se deslocam no território brasileiro no âmbito da estratégia de interiorização da Operação Acolhida. Até o final de 2024, a plataforma R4V registrou pouco mais de 665 mil venezuelanos no Brasil (ACNUR; OIM, 2025). Até esta data, 144,5 mil migrantes haviam sido interiorizados pela operação (Brasil, 2025a). Ainda que os dados da plataforma R4V e do painel das interiorizações não sejam diretamente comparáveis, os números servem para indicar essa diferença. O que a estratégia de interiorização permite, além de diretamente realizar o deslocamento de pessoas para determinadas regiões, é criar rotas migratórias que posteriormente serão utilizadas por migrantes que chegam por meios próprios.

Conforme já mencionado anteriormente, mais da metade dos venezuelanos interiorizados pela Operação Acolhida foram para os estados da região sul. O acumulado entre abril de 2018 e dezembro de 2024 era de 32 mil para Santa Catarina, 27,2 mil para o Paraná e 22 mil para o Rio Grande do Sul. A seguir, nos deteremos na distribuição regional dentro do Estado de Santa Catarina (Brasil, 2025a).

Imagen 3 – Venezuelanos interiorizados em Santa Catarina (2018-2024), anual por Região Geográfica Intermediária entre 05/04/2018 e 31/12/2024

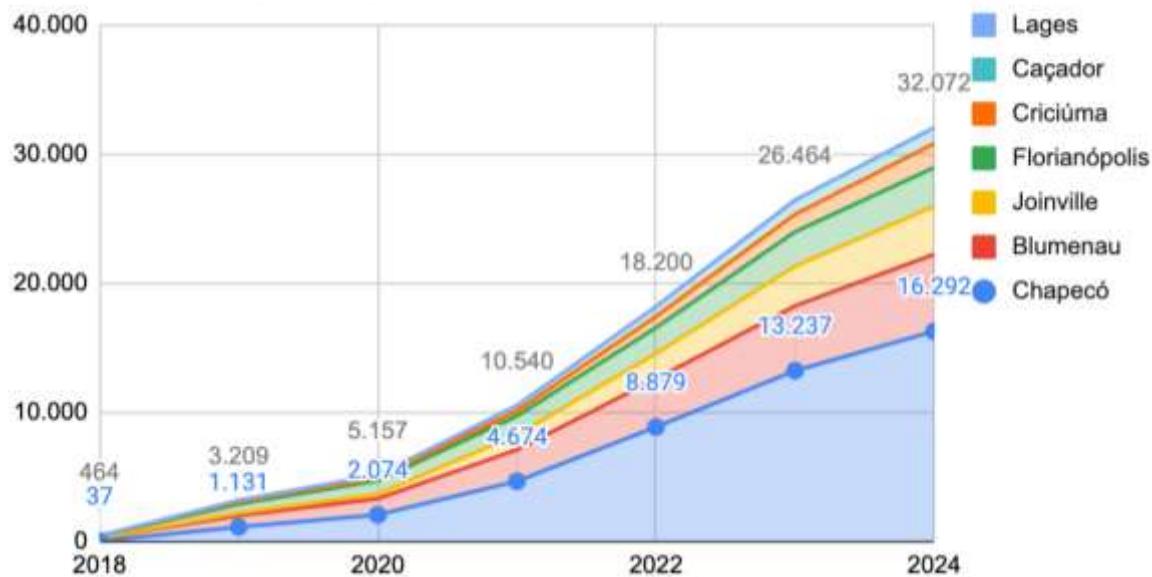


Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados do Painel da Estratégia de Interiorização (BRASIL, 2025a).

No gráfico da imagem 3 indicamos o número de pessoas venezuelanas interiorizadas anualmente para Santa Catarina de acordo com as sete regiões geográficas intermediárias do estado, destacando a Região Intermediária de Chapecó. Nota-se como, ao longo de todos os anos desde 2019, o Oeste de Santa Catarina é destino de cerca de metade das interiorizações feitas para o estado.

Considerando o tipo de informação, consideramos igualmente necessário apresentá-la com seus números acumulados ao longo do período (Imagen 4). O número de interiorizações acumuladas no período indica que cerca de metade ocorreram para o Oeste de Santa Catarina.

Imagen 4 – Venezuelanos interiorizados em Santa Catarina (2018-2024) acumulado por Região Geográfica Intermediária entre 05/04/2018 e 31/12/2024

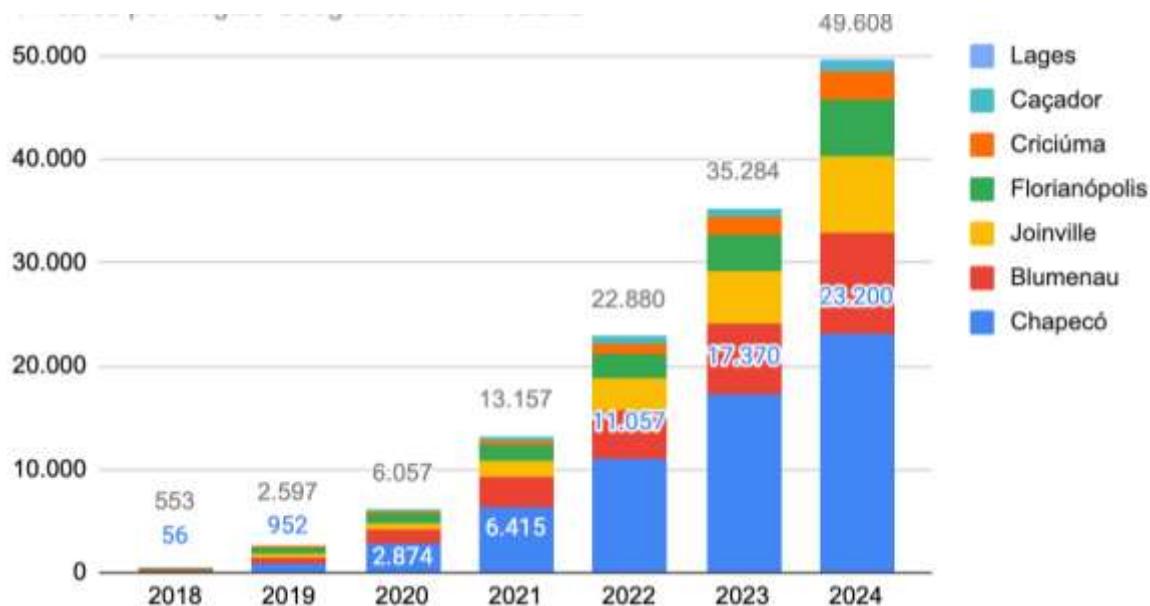


Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados do Painel da Estratégia de Interiorização (Brasil, 2025a).

Além das informações oriundas da estratégia de interiorização, estão disponíveis até 2024 os registros da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), declaração anual que deve ser feita pelas empresas e destinada ao Ministério do Trabalho. Através do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET) o ministério possibilita o acesso a esses dados, permitindo obter importantes informações sobre o mercado de trabalho formal no Brasil (Brasil, 2025c).

Para o nosso estudo, selecionamos os vínculos de trabalho com venezuelanos em Santa Catarina e organizamos por região geográfica intermediária (Imagen 5). Aqui fica evidenciada a importância assumida pela região Oeste, assumindo uma proporção próxima à metade dos vínculos no estado.

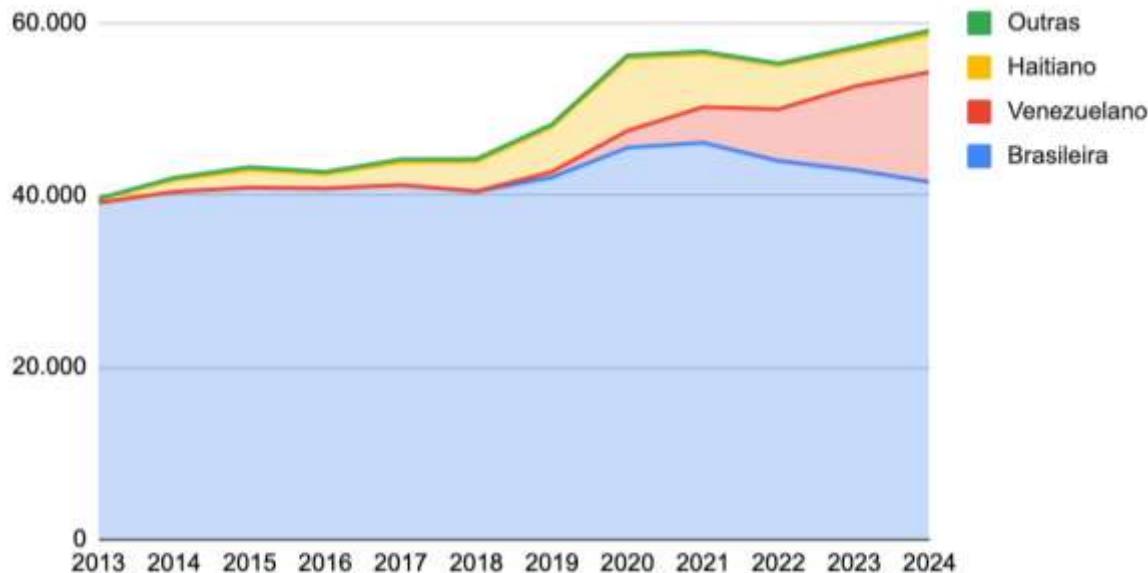
Imagen 5 – Vínculos de trabalho de venezuelanos em Santa Catarina por Região Geográfica



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – MTE. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho – PDET. Base de dados online.

Ao analisar os ramos econômicos nos quais os trabalhadores venezuelanos estão inseridos, podemos identificar a importância do Grupo de Abate e fabricação de produtos de carne (Grupo CNAE) na qual estão os frigoríficos, concentrando cerca de 30% dos vínculos de trabalho formal dos imigrantes venezuelanos em 2024 em Santa Catarina, de acordo com a RAIS. Quando analisamos esse setor especificamente, vemos que uma ampla maioria dos vínculos se concentra na região oeste de Santa Catarina.

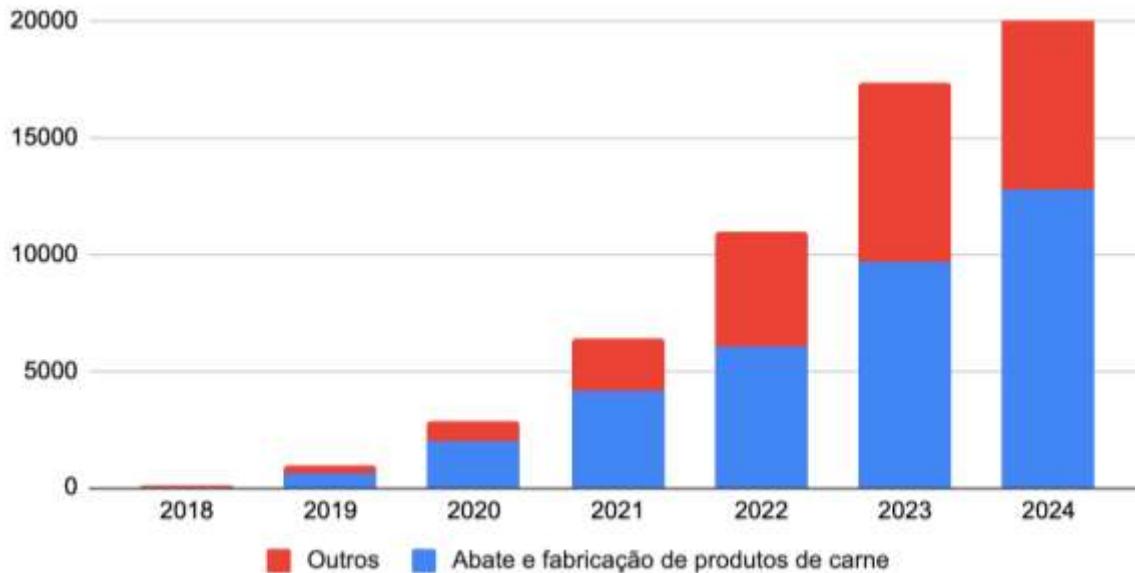
Imagen 6 – Setor dos frigoríficos no Oeste de Santa Catarina – Vínculos por nacionalidade no Grupo Abate e Fabricação de Produtos de Carne (CNAE)



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – MTE. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho – PDET. Base de dados online.

Conforme observa-se na imagem 6, ao analisar o setor de Abate e Processamento de Produtos de Carne na região Oeste de Santa Catarina, constatamos um aumento dos vínculos de trabalho de imigrantes no setor na última década, chegando a 29,75% dos vínculos em 2024. Inicialmente concentrado em trabalhadores haitianos, os trabalhadores venezuelanos ingressam no setor de forma mais significativa a partir de 2019, tornando-se o maior grupo imigrante em 2022.

Imagen 7 – Vínculos de trabalho de venezuelanos no Oeste de Santa Catarina – Vínculos por CNAR na Região Geográfica Intermediária de Chapecó



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – MTE. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho – PDET. Base de dados online.

Um olhar sobre o total dos vínculos de trabalho de imigrantes venezuelanos na região Oeste de Santa Catarina mostra que o setor frigorífico representa a maioria dos vínculos (Imagen 7). Ainda que mantenha um crescimento constante entre 2019 e 2024, o aumento de vínculos em outros setores cresce em um ritmo maior, diminuindo o peso relativo do setor frigorífico no emprego da comunidade venezuelana na região.

Algumas questões para o debate

Em seu recente trabalho sobre a imigração venezuelana para o Brasil, João Carlos Tedesco (2023) discute o processo de interiorização e sua relação com o trabalho para os quais os imigrantes são majoritariamente destinados, com destaque para os frigoríficos. Dialogando com a obra de Abdelmalek Sayad (2016), o autor discute a condição do imigrante como um sujeito para o trabalho⁷ e possibilita, através de uma rica rede de

⁷ Refletindo sobre a forma como a sociedade francesa se relacionava com os imigrantes, Sayad afirma que “Afinal, um imigrante só tem a sua razão de ser tão somente no modo provisório e na condição de se conformar com o que dele se espera: só está aí e só tem a sua razão de estar aí pelo trabalho, para o trabalho

relatos, evidenciar como se expressa essa condição. Propomos aqui alguns pontos de discussão porque nos parece importante que o debate público e as pesquisas possam se aprofundar sobre como se dão esses processos de deslocamento da fronteira para as cidades com expressivos setores industriais do interior do Brasil. Conforme apresenta Tedesco, no âmbito da Operação Acolhida e pela modalidade de interiorização VES, existe uma busca ativa das empresas do setor agroindustrial para atrair trabalhadores:

É interessante enfatizar aqui que o setor agroindustrial dos três estados do Sul é o maior demandador, inclusive, como já mencionamos, algumas empresas deste ramo possuem representantes (“escritórios”) no interior do complexo gerencial da Operação Acolhida em Boa Vista para permitir, com isso, um contato mais direto com os possíveis trabalhadores que serão interiorizados e inseridos em seus espaços de trabalho, principalmente, o setor de frigoríficos (Tedesco, 2023, p. 211).

Neste sentido, a discussão realizada sobre a segmentação do mercado de trabalho é de grande valia (Tedesco, 2022), uma vez que evidencia a tendência a recrutar trabalhadores imigrantes, sobretudo em um determinado nicho do mercado de trabalho.

Associado a essa demanda de trabalho para o setor, outro ponto que merece atenção diz respeito às relações possíveis entre a governança humanitária da migração venezuelana e o recrutamento de trabalhadores imigrantes em setores com elevada demanda de mão-de-obra. Neste caso, interessa-nos discutir o conceito de recrutamento humanitário, abordagem proposta para compreender as implicações do recrutamento de trabalhadores no âmbito das operações humanitárias (Chaves, 2022; Demétrio; Baeninger, 2023).

Através desta vertente da investigação, podemos analisar o nexo entre a dimensão humanitária e o desenvolvimento, pensando-o criticamente e qualificando-o como um padrão de desenvolvimento específico. Estas indústrias caracterizam-se por processos produtivos que têm um impacto significativo na saúde dos trabalhadores, normalizando condições que levam a lesões e incapacidades, muitas vezes devido a movimentos repetitivos e condições adversas como o frio intenso. Essa dinâmica resulta

e dentro do trabalho; porque precisamos dele, enquanto precisamos dele, para aquilo que precisamos dele e onde precisamos dele” (Sayad, 2016, p. 21, tradução nossa).

em alta rotatividade de mão de obra, o que exige um fluxo constante de trabalhadores para satisfazer a demanda do setor (Silveira; Merlo, 2019).

Outra dimensão que precisa ser aprofundada é a relação entre mobilidade e imobilidade neste contexto. Uma das hipóteses a explorar é que os migrantes venezuelanos se tornaram uma alternativa devido a sua disponibilidade para o deslocamento a tais regiões e setores econômicos. No entanto, essa disponibilidade de mobilidade está associada a uma relativa restrição à mobilidade no mercado de trabalho, devido à existência de barreiras à procura de emprego em outros setores, incluindo barreiras raciais, culturais e linguísticas. Esta situação contribui para a segmentação do mercado de trabalho, situação que exige e reproduz desigualdades (Bastos; Nóvoa; Salazar, 2021).

Se o governo humanitário se caracteriza como um governo de vidas precárias (Fassin, 2010), é notável que a desigualdade e a precariedade tornam-se funcionais a um padrão de desenvolvimento centrado na exploração intensiva do trabalho, com a constante renovação dos trabalhadores. No caso estudado, nossa hipótese central é que as políticas migratórias procuram reconfigurar os imigrantes fronteiriços, originalmente considerados pelo poder público um perigo e fonte de tensão, convertendo-os, por meio desse deslocamento, em trabalhadores imigrantes necessários e disponíveis. Desta forma, destacamos a retomada que pesquisadoras ligadas ao Núcleo de Estudos de População Elza Berquó da Universidade Estadual de Campinas (Nepo/Unicamp) fazem do conceito de migrações dirigidas - utilizado na bibliografia sobre mobilidade humana para analisar as migrações ocorridas até o início do século XX - para pensar as características do deslocamento de migrantes venezuelanos em território brasileiro e a atuação do Estado através da Operação Acolhida (Baeninger et al, 2020; Baeninger, Demétrio e Domeniconi, 2022; Baeninger, 2018). As autoras caracterizam da seguinte forma o conceito de migrações dirigidas:

Assim, o conceito revisitado para as migrações dirigidas —na compreensão das migrações venezuelanas para o Brasil no século XXI— se assenta na presença do Estado brasileiro para gerir as migrações venezuelanas na fronteira —com a Operação Acolhida— e fora dela: a política interna de redistribuição das migrações venezuelanas. De fato, a alocação de imigrantes da Venezuela em outras cidades reforça o

entendimento do conceito de migração dirigida, pois é também orientada pelo governo brasileiro e com organismos internacionais no programa de interiorização de imigrantes da Venezuela em direção às diferentes regiões do país (Baeninger, 2018a). De um lado, o Estado altera suas leis, medidas e práticas empregadas na governabilidade desse fluxo (Lussi, 2015; Mármora, 2010) e, de outro lado, o protagonismo das agências da Organização das Nações Unidas (ONU) e Organizações Não Governamentais (ONG) na governança dessa migração faz da questão humanitária uma dimensão fundamental à sua compreensão (Agier, 2006; Mármora, 2010) (Baeninger; Demétrio; Domeniconi, 2022, p. 68).

Através da atualização desse conceito, o olhar para a Região Oeste de Santa Catarina e sua relação com a política de interiorização - sempre considerando que ela abre espaço também para os deslocamentos que são feitos à margem da Operação Acolhida - também pode ser útil para pensar questões relativas à própria compreensão da formação econômica de Santa Catarina, isto é, sobre a forma com que as teorias e discursos predominantes historicamente têm explicado a economia catarinense e, inclusive, o papel da migração em sua formação.

Segundo Ido Michels (2001), é lugar comum nos estudos sobre Santa Catarina atribuir os aspectos positivos da economia a fatores internos, como uma suposta excepcionalidade da ação empreendedora de seu empresariado. Em muitos casos, inclusive, é destacado o papel inovador do empresário-imigrante de origem europeia. Por outro lado, aspectos negativos são explicados via determinantes externos, incluindo aí, muitas vezes, a intervenção estatal como nociva. Entretanto, o autor defende que há dois elementos essenciais que são ocultados por essas explicações, que são, justamente, a ação do Estado — demandada pelo próprio empresariado — e a superexploração do trabalho (Michels, 2001, p. 22). Investigar a Operação Acolhida e sua relação com as indústrias do Oeste pode proporcionar aportes relevantes para revisitá-la discussão.

Conclusão

No presente artigo procuramos analisar alguns aspectos das migrações venezuelanas no Brasil, destacando o direcionamento de uma parte significativa dessa migração para cidades industriais no interior do Brasil no âmbito da estratégia de

interiorização da Operação Acolhida. Olhar para as regiões de destino da migração permite-nos abordar o processo migratório desde outras perspectivas. Para analisar a dinâmica na fronteira norte do Brasil, o termo crise foi frequentemente utilizado. Entretanto, chama a atenção que para as regiões de destino da estratégia de interiorização o termo “crise migratória” não apareça como uma abordagem relevante, configurando-se a migração internacional como uma solução para a falta de mão de obra em determinados setores industriais, sobretudo os frigoríficos.

Os tópicos de discussão articulados na última seção deste artigo, somados às questões que emergem tanto da esfera pública quanto dos vários campos disciplinares de pesquisa sobre as relações entre migração e trabalho, constituem um ponto de partida para uma análise crítica de um processo que articula uma resposta humanitária às demandas de trabalhadores em determinadas regiões e setores econômicos.

Referências

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados; OIM - Organização Internacional para as Migrações, 2025. **R4V - plataforma de coordinación interagencial para refugiados y migrantes de venezuela.** [S. l.]: ACNUR, 2025. Disponível em: <https://www.r4v.info/>. Acesso em: 30 jan. 2025.

BAENINGER, R. Governança das migrações: migrações dirigidas de venezuelanos e venezuelanas no Brasil. In: BAENINGER, R.; JAROCHINSKI SILVA, J. C. (coord.). **Nepo/Unicamp.** Campinas: Unicamp, 2018. p. 135-138.

BAENINGER, R.; DEMÉTRIO, N. B.; DOMENICONI, J. O. S.; FERNANDES, D.; JAROCHINSKI SILVA, J. C. ; MAGALHAES, L. F. A.; ZUBEN, C. V.; VEDOVATO, L. R.; VEGA, S. L. **Atlas temático:** migrações venezuelanas. Campinas: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" - Nepo/Unicamp, 2020.

BAENINGER, R.; DEMÉTRIO, N. B.; DOMENICONI, J. de O. S. Migrações dirigidas: estado e migrações venezuelanas no Brasil. **Revista Latinoamericana de Población**, Rio de Janeiro, v. 16, e202113, 2022. Disponível em <https://revistarelap.org/index.php/relap/article/view/6>. Acesso em: 10 dez. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Painel da estratégia de interiorização.** Brasília, DF: MSD, 2025a. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/snss/monitorasus/>. Acesso em: 30 de jan. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Painel perfil dos abrigos em Roraima. Brasília, DF: MSD, 2025b. Disponível em:

<https://aplicacoes.mds.gov.br/snras/monitorasuas/>. Acesso em: 30 de jan. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET). **Relatório anual de informações sociais (RAIS).** Brasília, DF: MTE, 2025c.

Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>. Acesso em: 30 de jan. 2025.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. **Imigração e refúgio no Brasil:** retratos da década de 2010. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

CHAVES, A. Grupo faz manifestação em Boa Vista e pede fechamento da fronteira com a Venezuela. **G1**, Rio de Janeiro, 24 mar. 2018. Disponível em:

<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/grupo-faz-manifestacao-em-boa-vista-e-pede-fechamento-da-fronteira-com-a-venezuela.ghtml>. Acesso em: 30 jan. 2025.

CHAVES, J. Humanitarismo, migração e trabalho precarizado no Brasil: em busca dos nexos possíveis. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 46., 2022, Campinas. **Anais** [...].

Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2022. p. [1-23]. Disponível em:

<https://www.encontro2022.anpocs.org.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyl7czozNToiYToxOntzOjEwOjJJRF9BUIFVSZPljtzOjQ6Ijg3MjkiO3oiO3M6MToiaCl7czozMjoiNTdIZDlYZhIM2E3ZjRlYmNjYjAxMDAoODQwZWE4ZGYiO3o%3D>. Acesso em: 30 jan. 2025.

DEMÉTRIO, N. B.; BAENINGER, R. Trabalho nos frigoríficos do Brasil: a constituição do precariado migrante e o papel do recrutamento humanitário. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, Campinas, v. 6, p. 1-37, 2023.

DIAS, V. G. A Interiorização de migrantes e refugiados venezuelanos nas cidades não capitais da Região Sul do Brasil que mais interiorizaram venezuelanos (2018-2022). In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 46., 2022, Campinas. **Anais** [...]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2022. p. [1-26]. Disponível em:

<https://www.encontro2022.anpocs.org.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyl7czozNToiYToxOntzOjEwOjJJRF9BUIFVSZPljtzOjQ6Ijg4NzkiO3oiO3M6MToiaCl7czozMjoiZmEyNjVhYjlzUyMWViNTkoNjg2ZDk3N2EoNzEwNDgiO3o%3D>. Acesso em: 30 jan. 2025

FASSIN, D. **La raison humanitaire:** une histoire morale du présent. Paris: Seuil: Gallimard, 2010.

HÜNING, R. M. **Mundos do trabalho:** inter-relações na trajetória da mulher imigrante na agroindústria, Chapecó/SC (2013-2020). 2022. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2022.

JAROCHINSKI SILVA, J. C.; ABRAHÃO, B. A. Contradições, debilidades e acertos dos marcos de regularização de venezuelanos no Brasil. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v. 8, n. 16, p. 255-278, 2019.

JUBILUT, L. L.; JAROCHINSKI SILVA, J. C. Group recognition of Venezuelans in Brazil: an adequate new model? **Forced Migration Review**, Oxford, n. 65, p. 42-44, 2020.

JUNGER DA SILVA, G. O reflexo dos deslocamentos internacionais forçados no mercado de trabalho formal brasileiro. **Périplos, Revista de Pesquisa sobre Migrações**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 156-199, 2020.

MARQUES, M. Moradores ateiam fogo em objetos e expulsam venezuelanos de prédio abandonado durante protesto em RR. **G1**, Rio de Janeiro, 19 mar. 2018. Disponível em: g1.globo.com/rr/roraima/noticia/moradores-ateiam-fogo-em-objetos-e-expulsam-venezuelanos-de-predio-em-cidade-no-interior-de-rr.ghtml. Acesso em: 30 jan. 2025.

MARRA, G. C. **Saúde e processo de trabalho em frigorífico**: da necessidade ao adoecimento. 2019. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2019.

MICHELS, I. L. **Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento**: do planejamento econômico, 1956, aos precatórios, 1997. Campo Grande: Ed. UFMS, 2001.

RIBEIRO, V.; VAZ, G.; REGINATO, J. Migraciones venezolanas a Chapecó: políticas de interiorización y trabajo en la agroindustria. **Aldea Mundo. Revista sobre Fronteras e Integración Regional**, San Cristóbal, v. 54, n. 27, p. 35-43, 2022.

RORAIMA (Estado). **Decreto nº 25.681-E**, de 1 de agosto de 2018. Decreta atuação especial das forças de segurança pública e demais agentes públicos do Estado de Roraima em decorrência do fluxo migratório de estrangeiros em território do Estado de Roraima e dá outras previdências. Boa Vista: Governo do Estado de Roraima, 2018. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2018/08/decreto25.6812018>. Acesso em: 30 jan. 2025.

RUSEISHVILI, S.; FERNANDES, C. Brazilian Migration Regime and Differential Control of International Mobility during the COVID-19 Pandemic. **Revue Européenne Des Migrations Internationales**, Poitiers, v. 38, n. 1-2, p. 89-114, 2022.

SAYAD, A. **L'immigration ou les paradoxes de l'altérité**: tome 1, L'illusion du provisoire. Paris: Liber/Raisons d'agir, 2016.

SILVEIRA, A.; MERLO, A. Trabalhar e adoecer: temporalização de trabalhadores(as) da agroindústria. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, v. 19, n. 3, p. 1-14, 2019.

TEDESCO, J. C. **Imigração no sul do Brasil**: transnacionalismos, sociabilidades e desenvolvimento econômico. Passo Fundo: Acervus, 2022.

TEDESCO, J. C. **Imigração venezuelana no Brasil**: fronteiras, políticas e inserção social. Passo Fundo: Acervus, 2023.

VASQUÉZ LEZAMA, P. **País fuera de servicio:** Venezuela de Chávez a Maduro. Cidade do México: Siglo XXI Editores, 2020.

VELASCO, A. The many faces of chavismo. **NACLA Report on the Americas**, [Nova Iorque], v. 54, n. 1, p. 20-73, 2022.

ZAPATA, G. P.; TAPIA WENDEROTH, V. Progressive legislation but lukewarm policies: the Brazilian response to Venezuelan displacement. **International Migration**, [s. l.], v. 60, n. 1, p. 132-151, 2021.

ZAPATA, G. P.; FAZITO, D. O significado da nova Lei de Migração 13.445/17 no contexto histórico da mobilidade humana no Brasil. **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 25, p. 224-237, 2018.

ⁱ Artigo recebido em 12/02/2025

Artigo aprovado em 10/11/2025

O artigo é uma versão ampliada e revisada de artigo que autores apresentaram no “”VII Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade”, que ocorreu em Florianópolis, no período de 25 a 28 de setembro de 2024.

ⁱⁱ Contribuições do autor: conceituação; curadoria de dados; análise formal; aquisição de financiamento; investigação; metodologia; administração do projeto; validação; escrita – rascunho original; e escrita – análise e edição.

ⁱⁱⁱ Contribuições da autora: conceituação; curadoria de dados; análise formal; investigação; metodologia; validação; escrita –rascunho original; e escrita –análise e edição.